

Cinco questões para os bancos

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Plano Brady tem duas grandes interrogações. "O espaço que terá para o Brasil e a Argentina nos próximos dois anos", segundo o vice-presidente executivo do Overseas Development Council (ODC) de Washington, Richard Feinberg. E cinco questões difíceis para os banqueiros, inclusive seu "equivoco quanto ao papel dos bancos no financiamento de médio e longo prazo" aos países em desenvolvimento, segundo o diretor internacional do Barclays Bank plc, Jolyon Larkman.

Feinberg examinou a dívida dos países em desenvolvimento numa entrevista coletiva, ontem, no Foreign Press Center de Nova York, e Larkman tratou do assunto num documento que o banco inglês está circulando entre banqueiros. "How a major creditor views the new proposals".

Para o vice-presidente do ODC, o Plano Brady tem vários pontos positivos. "O que aconteceu entre 1982 e 1988", resumiu, "é que os bancos agiram como um cartel, enfrentando os países devedores isoladamente, numa posição de força, contando com o apoio suplementar dos governos dos países industrializados e das agências financeiras internacionais, o Banco Mundial (BIRD) e o FMI. O resultado desse confronto desigual foi uma série de acordos muito favoráveis aos bancos e muito desfavoráveis aos países endividados."

Com o plano do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, para reduzir o peso da dívida dos países em desenvolvimento, "os bancos se dividiram, e os governos dos países industrializados e mesmo as instituições financeiras internacionais deixaram de apoiá-los integralmente", diz Feinberg. "Com isso, a situação evoluiu para o centro e mesmo ligeiramente a favor dos países."

(Continua na página 23)

Cinco questões para os...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

A questão central aí, a seu ver, é a da transferência líquida de recursos dos países menos desenvolvidos para os países industrializados, que se acentuou na década de 80. "So existem duas maneiras de reduzir a transferência", assinala. "Ou através de novos empréstimos, que os bancos não querem fazer (como Jolyon Larkman afirmou), ou através da redução da dívida pelos mecanismos do plano Brady."

MAIS OTIMISTA

Mas Feinberg é mais otimista quanto aos efeitos da redução da dívida que o banqueiro inglês. Larkman afirma que "eu duvido que as expectativas dos países quanto ao volume do alívio possam ser preenchidas. Meus colegas economistas fizeram um estudo que mostra que para os quatro maiores devedores da América Latina, Argentina, Brasil, México e Venezuela, a economia no fluxo de recursos entre 1990 e 1992 deve ser de US\$ 12 bilhões, ou pouco mais de 17%".

O vice-presidente da ODC lembra, pelo lado positivo, que o acordo do México, embora com pouco dinheiro novo, deve ser con-

cluído até o final do mês. Junto com ele, ou em seguida, serão concluídos acordos para a redução da dívida das Filipinas e da Costa Rica.

ACORDO DA COSTA RICA

"O acordo da Costa Rica recebeu pouquíssima atenção da imprensa, talvez porque seja um pequeno país", diz Feinberg, "mas é muito interessante, e bem diferente do complexo acordo mexicano. Não há dinheiro novo dos bancos para a Costa Rica; em compensação ela obteve um desconto de mais de 50% no valor nominal de sua dívida, contra 35% do México, e conseguiu também a capitalização dos juros."

Depois desses países, ele prevê possíveis acordos até 1991 para a Venezuela, o Chile e talvez o Peru. E nesse contexto que Feinberg começa a tratar dos problemas do Plano Brady, entre eles destacando-se o que fazer com o Brasil e a Argentina. "Nenhum desses países preenche hoje uma das condições básicas do plano, que é a aplicação de políticas macroeconômicas saudáveis", explica.

ESTRUTURALMENTE SAUDÁVEL

"No caso do Brasil", ra-

ciocina Feinberg, "o País parece estruturalmente saudável, com um excelente desempenho nas exportações, mas está enfrentando um problema de transição política. A posse do novo governo será uma boa oportunidade para a aplicação de medidas duras de ajuste, porque o povo está cansado do nível de inflação."

A Argentina parece-lhe mais complicada. "O país tem uma estrutura social que torna difícil encontrar um consenso nacional. Até agora o presidente Carlos Menem, apesar de mostrar boa disposição para adotar programas de ajuste sério da economia, não conseguiu apoio da comunidade de negócios nem dos sindicatos de trabalhadores para fazê-lo."

Outra dificuldade do Plano Brady, a seu ver, é a lentidão das negociações dos bancos com os países. E outro mais sério ainda, a resistência da Europa Ocidental, que "reagiu mal ao plano porque foi excluída da preparação, que incluiu apenas os Estados Unidos e o Japão". Outro fator negativo, reconhece Feinberg, é que os Estados Unidos entraram com idéias, mas não com dinheiro, e os europeus parecem pouco dispostos a seguir uma idéia

americana com dinheiro japonês.

PEQUENA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

O banqueiro inglês Larkman oferece, por isso mesmo, um complemento às ideias de Feinberg. Além do dinheiro novo e do volume de alívio, o diretor do Barclays Bank plc cita outros itens de confrontação entre os banqueiros e o Plano Brady: o risco de enviar sinais errados aos países devedores, a concentração de perdas no lado dos bancos comerciais e a participação pequena do setor público, "ignorando o papel das políticas governamentais na exacerbação da crise da dívida".

Larkman observa que o explosivo crescimento da exposição de médio prazo dos bancos aos países em desenvolvimento "resultou das duas crises de petróleo". Seus economistas informaram-lhe que entre 1968 e 1969 os empréstimos dos bancos representavam 13% dos recursos externos desses países. Isso cresceu para 44% entre 1974 e 1977, e para 55,6% de 1978 a 1981, chegando a um pico de 63% em 1984. Hoje está abaixo de 60% "e vai continuar caindo", avisa.